



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681152 - MG (2021/0225023-9)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JOSE DAS DORES OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ DAS DORES OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 19 anos de reclusão pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, do Código Penal.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que não conheceu do *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal local, visando a cassação do juízo da execução que revogou o benefício do livramento condicional em desfavor do paciente, determinando o seu recolhimento à prisão, sob as regras do regime aberto.

Sustenta, em síntese, que a decisão hostilizada encontra-se em desacordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que tem admitido a impetração de *habeas corpus* como substituto do recurso próprio.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para determinar ao Tribunal impetrado que julgue o mérito do *writ* impetrado em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente